Jornal Fêmea

Ano VIII
Nº 88
Brasília/DF
Maio/2000

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

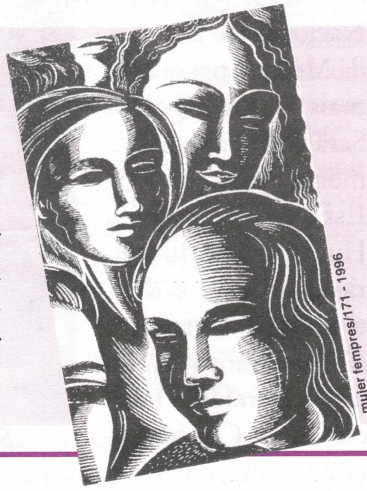
Política de cotas é tema de Seminário na Câmara dos Deputados

Mulheres que participaram do seminário "Mulheres na Política, Mulheres no Poder"

Líderes de partidos, pesquisadores, parlamentares, feministas, representantes de ONGs e entidades civis participaram em maio, na Câmara dos Deputados, do seminário "Mulheres na Política, Mulheres no Poder" organizado pelo CFEMEA, CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) e bancada feminina ao Congresso Nacional. Foram 3 dias de debates sobre política de cotas e empoderamento das mulheres na política. A conclusão do Encontro foi a de que as cotas ainda representam um instrumento importante, que deve ser mantido, para superar desigualdades e exclusões históricas da mulher na política brasileira. Em relação às últimas eleições municipais, por exemplo, as cotas favoreceram o crescimento das mulheres na disputa e várias foram eleitas prefeitas e vereadoras. O CFEMEA estará produzindo um relatório sobre o Seminário.

Mortalidade Materna

Morrer de parto no Brasil não é coisa do passado. No dia 28 de maio - Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher - as notícias não são animadoras. O Governo desconhece os números oficiais sobre a mortalidade materna no país, a Rede Saúde lança um dossiê alertando que o Brasil ainda apresenta um coefiiente próximo de 110 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos e a CPI da Mortalidade Materna instalada na Câmara dos Deputados quer esclarecer toda essa história. (págs. 6, 7, 8)



O CNDM ganha nova estrutura. Passa a ter uma secretaria executiva e mais poder.

Página 2

Mais de 700 mulheres de vários Estados participaram do Encontro Feminista.

Página 3

Aumentou o número de mulheres no mercado de trabalho, mas o desemprego assusta.

Página 9

Editorial

Não é sempre possível divulgar boas notícias. Dia 28 de maio - Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher - o Fêmea procurou informar sobre a confusão que é falar sobre o assunto no Brasil. A mobilização e denúncias feitas pelas ONGs, ao longo dos anos, vem alertando que morrer de parto ainda é rotina no Brasil. O Ministério da Saúde, pela primeira vez, vai realizar uma pesquisa, para saber o tamanho da mortalidade materna. Apresentamos ainda nesta edição algumas informações, em primeira mão, sobre o projeto de autoria do CFEMEA, "Saúde Materna no Brasil: Discursos e Recursos" que enfoca principalmente a disponibilidade de recursos públicos para resolver a questão da saúde da mulher. E lembramos às amigas que foi instalada a CPI da Mortalidade Materna na Câmara dos Deputados. Qualquer denúncia dos Estados sobre o assunto será bem vinda.

E a notícia boa fica por conta do Encontro Feminista na Paraíba e do Seminário "Mulheres na Política, Mulheres no Poder" que foi prestigiado na Câmara por políticos, representantes do Judiciário e mulheres de diversas áreas. E destacamos o depoimento da vereadora Eni Fernandes do PT de São José do Rio Preto que com sua fala simples e precisa ilustrou para o público como uma mulher política é discriminada no seu dia a dia de trabalho. E ponto também para a assessora técnica do CFEMEA, a socióloga e historiadora Sonia Malheiros que se empenhou arduamente para divulgar seu trabalho, o livro "A política de cotas por sexo - um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro" - uma análise praticamente pioneira sobre o sistema de cotas adotado recentemente no Brasil.

E para a próxima edição ficamos na expectativa de boas notícias sobre o "Reencontro" de Beijing em NY e a revisão da Convenção 103 da OIT. Até breve.

CNDM ganha mais poder

Foto: Arquivo/CNDM

Solange Bentes, presidenta do CNDM

A partir de agora o CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) passa a ter mais status e poder. Será vinculado diretamente à Secretaria de Estados dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e dentro de sua estrutura administrativa ganha uma Secretaria Executiva, 3 Coordenações e mais cargos que representarão um aumento salarial de mais de 50%. A nova estrutura do CNDM foi definida no dia 18 de maio numa reunião que contou com a presença da presidenta do Conselho, Solange Bentes, representantes do Ministério da Justiça, Educação, Planejamento, Relações Exteriores, Casa Civil e do Comitê de Beijing. "A participação principalmente da primeira dama, Drª Ruth Cardoso, foi fundamental para agilizar o processo de reestruturação administrativa do Conselho" afirmou Solange Bentes acrescentando que nessa nova fase o CNDM passa a ter mais auntonomia e começa a estudar várias possibilidades de realizar projetos de capacitação para as mulheres. Até o fechamento dessa edição a nova estrutura negociada para o CNDM ainda não tinha sido publicada no Diário Oficial.

CFEMEA
Centro Feminista de Estudos e Assessoria

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602, Ed. Venâncio 3000, 70716-000, Brasília-DF – Brasil, Telefone: (61) 328-1664 - Fax: (61) 328-2336 - E-mail: cfemea@cfemea.org.br
Home page: http://www.cfemea.org.br

Programa **DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA**
Equipe Responsável: Almira Correia de Caldas Rodrigues, Guacira César de Oliveira e Malô Simões Lopes.
Conselho Consultivo:
Parlamentares: Deputadas Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Maria Elvira, Rita Camata, Zulaiê Cobra. Deputados Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, José Genoíno, Miro Teixeira, Paulo Paim. Senadora Emília Fernandes. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara e Roberto Freire.
Feministas: Albertina Costa, Ana Alice Alcântara Costa, Ana Maria Rattes, Elizabete Oliveira Barreiros, Fátima Oliveira, Florisa Verucci, Heleieth Saffioti, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Luiza Bairros, Marah Régia, Margareth Arilha, Maria Amélia Teles, Maria Aparecida Shumaher, Maria Berenice G. Delgado, Maria Helena Silva, Nair Goulart, Sônia Correia e Sueli Carneiro.
Comitê de Especialistas: Álvaro Villaça, Denise Dourado Dora, Edna Roland, Elizabeth Garcez, Leila Linhares, Maria Bethânia Melo Ávila, Paola Cappellin Giuliane, Silvia Pimentel e Vera Soares.
Equipe CFEMEA: Adriano Fernandez Cavalcante, Almira Correia de Caldas Rodrigues, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Daniel Schroeter Simião, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Edna Maria Cristina Santos, Eliana Magalhães Graça, Fabiana Zamora, Glaci do Carmo Bren de Andrade, Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Malô Simões Lopes, Manoel Pinto Brandão da Silva, Mirla de Oliveira Maciel e Sônia Malheiros Miguel.
Assessores(as) Parlamentares: Daniel Schroeter Simião, Dyana Yzabel Azevedo Dias e Eliana Magalhães Graça.
Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos, RP 1439/08/60/DF
Estagiária: Iéri Barros Luna
Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica, Fotolito e Impressão: UP LINE Editora - 344-0913.
Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur e UNIFEM.
Tiragem: 4.000 exemplares.

Feminismo no Brasil, uma fotografia instantânea

Por Gilberta Soares e Estelizabel Bezerra

Foto: Arquivo/Encontro Feminista

Deputada federal Esther Grossi (PT-RS) participou do Encontro

O sonho era o de realizar um Encontro Nacional Feminista na Paraíba - (rio mau navegável em língua Potyguar). Sonho de muitas mulheres feministas nascidas, criadas, adotadas por esta terra (vivendo ou não nela). A idéia foi se construindo coletivamente e a missão posta era a de se criar um espaço favorável às mulheres e a diversidade de raça/etnia, credos, orientação sexual, inserções, tempo de vivência no feminismo, idades, correntes ideológicas, ou seja, reunir todas essas particularidades num grande caldeirão feminista.

O mote dos 500 anos nos fez ver a importância de enfatizar o recorte étnico e possibilitar a participação de índias, negras, brancas, de todas as misturas, enfim! Quem esteve no Encontro pôde ver nos rostos das tantas mulheres que encheram o hotel Tambaú a diversidade étnica e cultural. A novidade foi ter mulheres índias no caldeirão feminista. Em número bem menor que as negras, brancas e todas as outras classificações (difíceis de serem nomeadas). As índias se fizeram presentes nas conferências, na música, no artesanato, nas fotos, no intercâmbio.

Preparar o ambiente que favorecesse um encontro deste vulto e com tantas diferenças, se constituiu num desafio duplo - ter capacidade organizativa para captação de recursos (num momento em que a cooperação internacional avalia que os ENFs não produzem impacto e que a palavra feminista ainda produz arrepio no poder público e meio empresarial) e atender os desejos, expectativas, necessidades de tantas mulheres num formato em transição que tenta conjugar a metodologia de oficinas e a prática do discurso.

Esse novo formato que tem início em Salvador/97, busca atender a atual dinâmica do feminismo no Brasil, e o XIII ENF se propôs a fazer um balanço de conteúdos importantes da ação feminista. A grande novidade e sucesso absoluto do Encontro foi a Rádio mulher, em freqüência FM para toda a cidade. Uma realização do XIII ENF com a Rede de Comunicadoras Comunitárias/PB e a Rede de Mulheres no Rádio.

Valeu o desejo de fazer o Encontro, o esforço, a conquista, a solidariedade ainda presente no movimento. As ajudas daquelas que buscaram apoios financeiros, e as participações de todas que vieram, fizeram oficinas, participaram das mesas, expuseram seus produtos, fizeram a festa. O Encontro foi documentado e estão sendo trabalhados nos anais e vídeo para que possamos ter uma visão mais ampla do que foi o XIII ENF.

Cunhã (Coletivo Feminista da Paraíba)

724 mulheres de 25 estados do Brasil se inscreveram no XIII ENF. A primeira leitura do perfil das participantes apresenta alguns dados iniciais, como:

RAÇA/ETNIA

Brancas	38,15%
Negras	22,86%
Indígenas	1,4%
Amarelas	1,4%
Não responderam	21,74
Denominaram-se morenas, mestiças ou negra/branca/índia	14,54%

FAIXA ETÁRIA

31 a 40 anos	30,4%
41 a 50 anos	28,1%
20 a 30 anos	13.32%
51 a 60 anos	12,76%
mais de 60 anos	2,94%
até 19 anos	1,6%
não responderam	11%

Finalmente instalada a CPI da Mortalidade Materna

Depois de quatro anos de espera foi instalada, no último dia 27 de abril, a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a alta incidência de mortalidade materna no Brasil. Na semana seguinte (dia 4 de maio), a CPI elegeu sua presidente, a deputada Fátima Pelaes (PSDB/AP) e a relatora, deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA). Também fazem parte da mesa as deputadas Almerinda de Carvalho (PFL/RJ), 1ª vice-presidente, e Iara Bernardi (PT/SP), 2ª vice-presidente.

Infelizmente a participação dos integrantes na instalação e eleição da mesa da CPI não foi muito expressiva. Dos 23 integrantes da Comissão (18 titulares e 15 suplentes), apenas 11 participaram da sessão do dia 4. A baixa presença dos parlamentares, porém, contrastou com a disposição dos presentes em colocar o problema da mortalidade materna no Brasil no centro das atenções nacionais. A deputada Fátima Pelaes enfatizou a importância de se ouvir os atores da sociedade civil que há anos vem se debruçando sobre o tema e que tem muito a sugerir para a Comissão. A vice-presidente, deputada Almerinda de Carvalho (PFL/RJ) reafirmou a disposição da CPI em chegar a resultados concretos. A deputada Ângela Guadagnin (PT/SP) destacou o problema sério da subnotificação dos casos de morte materna no país como uma das linhas sobre as quais se deve trabalhar. Outros parlamentares destacaram também problemas como o grande número de cesáreas que ainda se realizam no Brasil, bem com a necessidade de se ouvir o Ministério da Saúde e os gestores estaduais e municipais do SUS.

Na ocasião, a deputada Fátima informou a todos que já está solicitando uma sessão solene para o dia 30 de maio, como forma de marcar a passagem do dia Internacional deAção pela Saúde da Mulher, e dia Latino-Americano de Combate à Mortalidade Materna, (28 de maio).

Na semana do dia 10 de maio a CPI definiu sua agenda preliminar de trabalho. Decidiu-se na ocasião que as primeiras audiências se darão para ouvir os setores organizados da sociedade civil que lidam com o problema da saúde da mulher e da morte materna. A comissão trabalhará ainda com a investigação dos estudos de caso dos Comitês de Morte Materna. Para isso a CPI criou uma subcomissão, formada pelas deputadas Iara Bernardi, Almerinda de Carvalho, Marinha Raupp (PSDB/RO), Maria de Lurdes Abadia (PSDB/DF) e pelos deputados Dr. Rosinha (PT/PR) e Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

A CPI, que deve se reunir toda terça-feira, às 14h30, tem prazo para concluir seus trabalhos até o dia 11 de agosto. É fundamental que cada um e cada um de nós participe ativamente desse processo. Envie sugestões e denúnicas o quanto antes e esteja sempre atenta(o) às novidades, que estaremos divulgando pela nossa home page (www.cfemea.org.br).

Denúncias, sugestões e informações podem ser encaminhadas ao gabinete da relatora, deputada Elcione Barbalho, pelo fone (61) 318-5919, fax (61) 318-2919 ou ainda pela internet: dep.elcionebarbalho@camara.gov.br. Outras informações estão na home page da Câmara (www.camara.gov.br).

Convenção 103 da OIT

O Ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, recebeu em audiência, no dia 17 de maio, a presidente do CNDM, Solange Bentes Jurema, parlamentares da Bancada Feminina: Fátima Pelaes (PSDB/AP); Rita Camata (PMDB/ES); Lídia Quinan (PSDB/GO); Maria Elvira (PMDB/MG); Alcione Athayde (PPB/RJ) e a senadora Thelma Siqueira Campos (PTB/TO) e representantes das centrais sindicais, para entrega de abaixo-assinado em favor dos direitos da mulher trabalhadora. O documento é contra a proposta apresentada de revisão da Convenção 103 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e contém cerca de 26 mil assinaturas de todo o Brasil. A Convenção 103 assegura mecanismos de proteção à maternidade e vai ser revisada na reunião da OIT em Genebra, em junho.

Na audiência representando as centrais sindicais, estavam: Nair Goulart - Força Sindical; Cida Medrado - Social Democracia Sindical (SDS); Gilda Almeida - Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Léia Santos - Central Geral dos Trabalhadores (CGT). O movimento organizado de mulheres, se fez presente com Pámela Diaz, da Rede de Defesa do Direito de Amamentar (IBFAM) e Eliana Graça, do CFEMEA.

Na oportunidade, o ministro Francisco Dornelles disse que recebeu orientação do Presidente da República para defender a mesma posição das mulheres trabalhadoras na reunião da OIT em junho. Isso inclui a ampliação da licença maternidade para 17 semanas, como é no Brasil. Na Convenção 103 atual, esse período é de 12 semanas.

Trabalhadoras Domésticas marcam presença na Câmara

Na semana do Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, 27 de abril, um grupo de quase 50 trabalhadoras domésticas esteve em Brasília batalhando pela votação do projeto que torna obrigatório o recolhimento de FGTS para a categoria, além de assegurar direitos trabalhistas como o seguro desemprego e o décimo-terceiro salário. O projeto de lei nº 1626/89, da ex-senadora Benedita da Silva (PT/RJ), está há mais de um ano aguardando a votação no plenário da Câmara – sua última etapa antes de ir para sanção presidencial. Ao contrário da medida provisória que o governo editou em dezembro passado e que ganhou notoriedade na mídia nos últimos meses, o projeto não deixa a critério de cada patrão decidir sobre os direitos de sua empregada, mas faz valer para a categoria os direitos constitucionalmente assegurados a qualquer trabalhador.

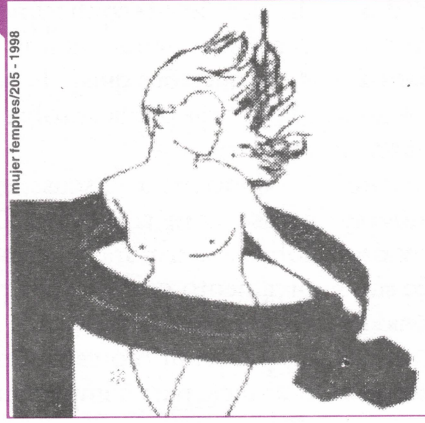
A comitiva das trabalhadoras, vindas de todo o Brasil, contou com a presença de várias representantes de entidades e federações ligadas à categoria, como Ana de Lima Semião, de Campinas, Maria Noeli dos Santos e Francisca Magalhães Chaves do Rio de Janeiro, e Ernestina dos Santos Pereira, do Rio Grande do Sul. Em audiência com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB/SP), o grupo ouviu a promessa de que, se fossem capazes de conseguir as assinaturas de todos os líderes partidários da Casa para um pedido de urgência, o projeto seria posto em votação na sessão seguinte da Câmara.

Na semana seguinte, no dia 3 de maio, o presidente Michel Temer recebeu, da mão das trabalhadoras, o pedido de urgência, devidamente assinado por todos os líderes da Câmara. A votação, porém, ainda não ocorreu.

Foto: Divulgação/Câmara dos Deputados

Movimento das empregadas domésticas se reúne com políticos e o presidente da Câmara Michel Temer

Comissão estimula prevenção ao câncer de cólo e de mama



mujer fempres/205 - 1998

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara aprovou no último dia 10 de maio um substitutivo da relatora, deputada Ângela Guadagnin (PT/SP), ao projeto de lei nº 4089/98, do deputado Ênio Bacci (PDT/RS). O projeto assegura a oferta anual, pelo SUS, de pelo menos um exame de papa nicolau às mulheres que tenham iniciado a vida sexual, e uma mamografia às que tenham passado dos 40 anos.

Embora esses exames já sejam um direito assegurado no SUS, a relatora destacou que o projeto é válido por declarar o direito e especificar a forma de prestação de determinados procedimentos. O projeto segue agora para a Comissão de Finanças e Tributação.

Saúde materna no B

MARIA LAURA*

Em 1999 colaborei com o CFEMEA no Projeto: Saúde Materna no Brasil: Discursos e Recursos. Esse projeto integra o Programa Direitos das Mulheres na Lei e na Vida – implementação de Beijing e Cairo 94.

Para efeito desse trabalho consideramos discurso os instrumentos legais, institucionais e os compromissos assumidos pelo Brasil, na forma de resoluções, nos fóruns internacionais, particularmente na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo em 1994 e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing , 1995.

Quanto aos instrumentos legais, estabelecemos como referencial a Constituição de 88 e a Lei do Planejamento Familiar aprovada em 1996 que regulamentou o parágrafo 7º do artigo 266 da Constituição Federal que diz: "Fundado nos princípios da dignidade humana e da paternidade responsável é livre a decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas".

A lei do Planejamento Familiar, além de ser fruto de um amplo processo de discussão e mobilização dos movimentos de mulheres que ecoou positivamente no Congresso Nacional, se constitui, a nosso ver no ponto máximo do discurso desse período e um importante instrumento de política pública de saúde da mulher. Essa lei define direitos e estabelece as ações de responsabilidade do Estado na área da saúde reprodutiva e de proteção a vida, daí a sua importância maior.

No que tange aos recursos, outra face do nosso objeto de trabalho, fomos buscar nas peças orçamentárias do período 95/99 a base para o delineamento de nossas constatações e análises.

Consideramos o orçamento público a expressão da vontade e da opção política dos governantes. É uma poderosa arma que os governantes dispõe para a concretização de suas opções políticas. Mesmo assim, no Brasil, muitas vezes e em alguns casos específicos o orçamento não vai além de uma carta de intenções. Um exemplo gritante é o que constatamos com o PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher) que, quando teve recursos alocados, a execução foi zero.

Uma constatação genérica, mas nem por isso menos importante, é que o avanço do discurso não guarda necessariamente uma correspondência com a efetivação de políticas públicas que se proponham a modificar a realidade. A partir daí procuramos responder se e como os avanços obtidos pelas mulheres, expressos no discurso, se revelam na opção política que o governo federal faz ao compor as peças orçamentárias.

> **"Não houve alterações no quadro da redução da morte materna no Brasil, o que é agravado quando se tem em conta que as causas das mortes são perfeitamente evitáveis"**

Ressalta-se que a prioridade da atual política econômica não é a área social. Os compromissos financeiros internacionais são priorizados tanto na definição como na execução do orçamento. O relatório do Conselho Nacional de Saúde diz que: o pagamento de janeiro a junho de 1999 dos encargos e juros da dívida externa somou 26,2 bilhões de reais, quantia superior em 7 bilhões de reais ao orçamento da saúde para o exercício de 1999.

Além disso, quando analisamos o orçamento geral do Ministério da Saúde observamos uma execução superior a 90% no período observado nesse trabalho, porém a execução dos programas que visam direta ou indiretamente a melhoria da saúde materna apresenta-se baixíssima. Ressalta-se, portanto, que o orçamento tem caráter autorizativo ficando sua execução vulnerável a vários fatores.

Seguramente afirmamos que o mesmo governo que cumpre exemplarmente os compromissos financeiros internacionais engaveta os de ordem social, mesmo quando esses integram também agendas internacionais como os assumidos no Cairo e em Beijing, que visam à saúde da mulher.

Em conseqüência, constatamos que não houve alterações significativas no quadro da redução da morte materna no Brasil, o que é agravado quando se tem em conta que as causas das mortes são perfeitamente evitáveis e as vidas poderiam ser preservadas. Nos anos de 1985 e 1996 a taxa oscila entre 50,8 a 45,0 mulheres mortas para cada 100.000 nascidos vivos. A taxa de mortalidade materna em nosso país continua sendo 40 vezes maior do que a dos países industrializados. A Conferência de Beijing estabeleceu como meta uma redução desta taxa em 50% até o ano 2000.

Dentro dos limites deste artigo destacamos algumas das recomendações feitas no trabalho referido, são elas:

- incentivar a popularização, a divulgação e o conhecimento do orçamento, dando maior visibilidade às questões que nele são relativas às políticas públicas sobre a saúde da mulher;
- incentivar discussões no Congresso com representações sociais sobre a estrutura de elaboração do orçamento com vistas a possibilitar o controle social deste;
- discutir o orçamento e sua importância para a implementação das

rasil

políticas públicas, de forma sistemática para o movimento de mulheres, tentando obter apoio para que possamos um dia construir o que poderíamos chamar de "Orçamento Saúde da Mulher" ;

- realizar campanhas de popularização da lei do planejamento familiar;
- dar continuidade a este trabalho tendo como referência a lei de planejamento familiar para o acompanhamento das políticas de saúde referentes aos direitos reprodutivos e saúde materna;
- aprofundar a discussão sobre a construção de indicadores de saúde materna e de métodos para acompanhamento destes: cobertura de pré-natal, consultas, cobertura hospitalar para o parto, coeficiente de morte materna, taxas de partos normais e cesáreas, cobertura pós-parto e outros.
- realizar discussões de como avançar a coleta de informação e construção de estatísticas na óptica de gênero;
- sensibilizar os movimentos de mulheres para, na campanha eleitoral municipal de 2000, incluir nas plataformas políticas compromissos com a aplicação de recursos da saúde para implementação da lei de planejamento familiar e com formas de efetivo controle social dos orçamentos municipais.

*Ex-Deputada Federal PT/DF

Mortalidade materna: É possível evitar

Elcione Barbalho*

Segundo dados do Ministério da Saúde, o Brasil seria o quinto País da América Latina a apresentar os maiores índices de mortalidade materna, registrando cerca de 134 óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos, enquanto que o índice aceitável nos países desenvolvidos é de 10 óbitos para cada 100 mil nascimentos.

Não há dúvida de que este número é um reflexo das condições sócio-econômico-culturais em que vivemos e que ainda impedem uma prática mais eficaz das políticas públicas que cuidam, ou deveriam cuidar, da saúde da mulher.

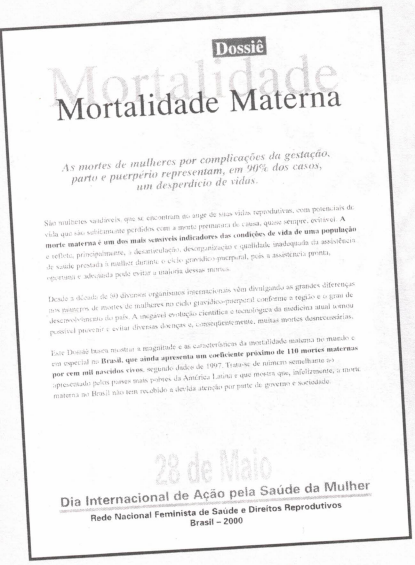
Sabemos que as causas da mortalidade materna no Brasil vêm desde os problemas enfrentados com a infecção hospitalar até a falta de atendimento apropriado durante o pré-natal, mas os dados disponíveis são inconsistentes e não permitem uma avaliação mais profunda.

195/Profamilia/ COLOMBIA
mujer fempres/195 - 1998

A instalação de uma CPI para tornar estes dados claros e públicos, para desvendar as verdadeiras causas da mortalidade materna no Brasil, assim como montar uma linha de ação para combater o problema, é mais uma vitória da Bancada Feminina do Congresso e de todos aqueles que compõem a Frente Parlamentar da Mulher.

É importante dizer que muitas mortes poderiam ser evitadas apenas com alguns cuidados básicos e é nosso objetivo maior garantir este direito a toda cidadã brasileira.

*Deputada Federal/PMDB-PA
Relatora da CPI da Mortalidade Materna


Dossiê

Mortalidade Materna

As mortes de mulheres por complicações da gestação, parto e puerpério representam, em 90% dos casos, um desperdício de vidas.

São mulheres saudáveis, que se encontram no auge de seus vidas reprodutivas, com potenciais de vida que são solitariamente perdidos com a morte prematura de causa quase sempre, evitável. A **morte materna é um dos mais sensíveis indicadores das condições de vida de uma população** e reflete, principalmente, o desarticulação, desorganização e qualidade inadequada da assistência de saúde prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, pois a assistência pronta, eficaz e adequada pode evitar a maioria dessas mortes.

Desde a década de 80 diversos organismos internacionais vêm divulgando as grandes diferenças nos números de mortes de mulheres no ciclo gravídico-puerperal conforme a região e o grau de desenvolvimento do país. A inegável evolução científica e tecnológica da medicina atual torna possível prevenir e evitar diversas doenças e, consequentemente, muitas mortes desnecessárias.

Este Dossiê busca mostrar a magnitude e as características da mortalidade materna no mundo e em especial no **Brasil, que ainda apresenta um coeficiente próximo de 110 mortes maternas por cem mil nascidos vivos**, segundo dados de 1997. Trata-se de número semelhante ao apresentado pelos países mais pobres da América Latina e que mostra que, infelizmente, a morte materna no Brasil não tem recebido a devida atenção por parte do governo e sociedade.

28 de Maio

Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher

Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos
Brasil – 2000

Dossiê sobre mortalidade materna

A Rede Saúde está divulgando o "Dossiê Mortalidade Materna" de autoria da professora da Faculdade de Saúde Pública da USP, Cristina Tanaka. O trabalho mostra as características da mortalidade materna no mundo e em especial no Brasil, que ainda apresenta um coeficiente próximo de 110 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos. Trata-se de número semelhante ao apresentado pelos países mais pobres da América Latina, mostrando que infelizmente, a morte materna no Brasil não tem recebido a devida atenção por parte do governo e da sociedade. Atualmente cerca de 600 mil mulheres morrem por complicações da gravidez, parto e puerpério. 99% das mortes maternas, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) ocorrem em países em desenvolvimento.

Governo desconhece índice de mortalidade materna no País

O Ministério da Saúde não tem informações oficiais sobre o índice de mortalidade materna no Brasil. "Qualquer número anunciado não passa de chute ou marketing" adverte a Coordenadora do Programa de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Tania Lago. Ela acrescenta que, sem índices confiáveis o Governo não consegue adotar medidas concretas para evitar a morte materna. Com oobjetivo de reverter este quadro o Ministério vai realizar este ano uma pesquisa nacional para saber o tamanho e as causas da mortalidade materna nas 5 regiões do Brasil. O trabalho vai ser realizado pelo Centro Brasileiro de Classificação de Doenças, ligado à OMS (Organização Mundial da Saúde) e coordenado pelo professor Rui laurentti. Hoje a identificação real dos índices é uma prioridade para o Ministério e essa vai ser a única pesquisa realizada este ano no Programa de Saúde da Mulher.

A última pesquisa foi divulgada pelo IBGE em 1996 (correspondendo a dados de 86) registrando 161 mortes para 100 mil nascidos vivos. Segundo Tania lago esses dados são usados hoje levianamente porque não correspondem à realidade. O Ministério prefere usar informações do IDB-Indicadores e dados Básicos para a saúde- de 1998, que aponta 57 mortes maternas para 100 mil nascidos vivos.

A dificuldade porém, em apurar esses indices com fidelidade, é que a mortalidade materna está relacionada ao registro dos óbitos nos Estados.Os dados são registrados por Fundações ou Secretarias de Saúde dos Estados e enviados depois ao Ministério. No entanto alguns óbitos de mulheres grávidas não são registrados e qundo registrados nào é identificada a causa da morte.É a chamada sub notificação, quando a morte materna não é declarada.

Foto: Divulgação/Ministério da Saúde

Tania Lago coordenadora da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde

> **"Não sabemos o índice de mortalidade materna no Brasil. Hoje qualquer número anunciado é um chute ou marketing (Tania Lago)"**

Os Comitês de Morte Materna, orgãos consultivos das Secretarias Estaduais de Saúde, podem ajudar a divulgar os casos de morte materna, mas somente o Comitê do Paraná realiza um trabalho modelo nessa área registrando 100% dos casos de morte de mulheres em idade fértil. Arualmente existem 14 Comitês de Morte Materna atuantes, 9 se estruturando e 4 estão desativados.

Hoje apesar de não existir uma pesquisa oficial Tania lago acredita que a partir dos anos 80 começou a diminuir o índice de mortalidade materna em decorrência da maior facilidade de acesso das mulheres ao SUS(Sistema Único de Saúde) e a um melhor atendimento hospitalar na área de saúde da mulher. Em 1988 o Ministério lançou um programa de assistência ao parto e ao recém nascido com o objetivo de reduzir esses índices. Agora está sendo lançado manuais técnicos para profissionais da área de saúde com o objetivo de melhorar a qualidade de assistencia pré-natal. O trabalho foi realizado junto com a Febrasgo(Federação Brasileira de Ginecologia).

Tania Lago reconhece que morrer de parto é coisa do passado e que 90% dos casos poderiam ser evitados. Afirma, no entanto, que a mortalidade materna no Brasil está diretamente relacionada à pobreza e a deficiência de estrutura dos serviços de saúde.

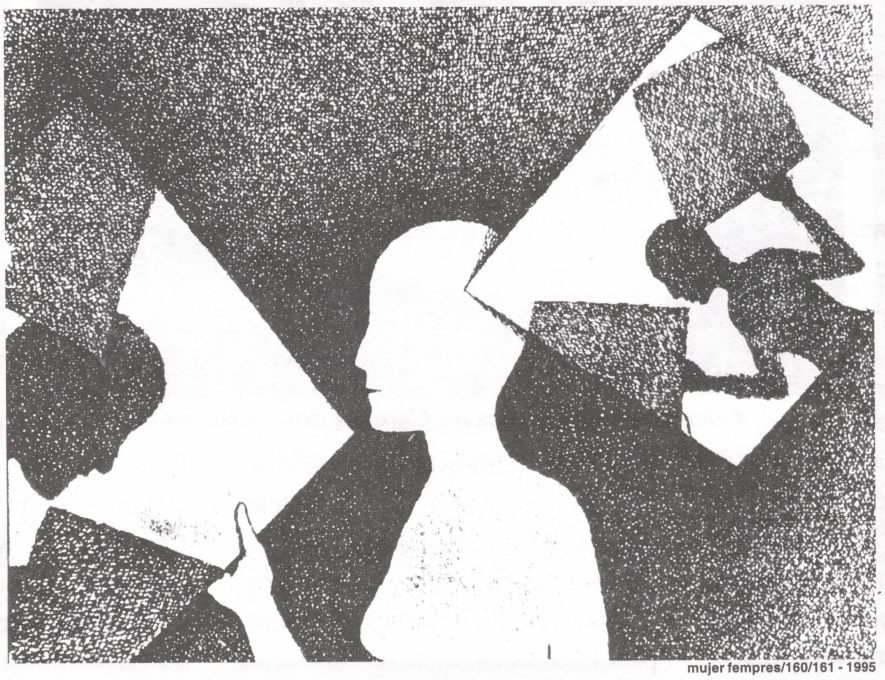
mujer fempres/171 - 1996

O que acontece com o mercado de trabalho feminino brasileiro?

Hildete Pereira de Melo*

Nos últimos vinte anos houve uma crescente inserção produtiva das mulheres no mercado de trabalho. Esta inserção vem-se tornando mais diferenciada e o mercado de trabalho fica cada vez mais competitivo entre os dois sexos, embora ainda permaneçam diferenciais salariais importantes entre homens e mulheres: mantém-se um certo padrão de divisão sexual e social do trabalho, que segmenta atividades produtivas e reprodutivas na base do sexo. A taxa de atividade feminina aumentou, sobretudo nas coortes mais velhas (35 – 50 anos), ao contrário do padrão da década de setenta, onde ela ainda era mais alta nas mulheres jovens no início do ciclo de vida familiar, trabalhavam antes de casar e depois se retiravam do mercado de trabalho. Atualmente, quem foi para o mercado de trabalho não volta, seja casada com filhos ou não e essa dinâmica pode ser comprovada no período 1985/95, onde a taxa de crescimento da ocupação das mulheres foi de 3,68% ao ano, para uma taxa de crescimento da ocupação total de 2,37%. Assim, a expansão da PEA (população econômica ativa) feminina foi a marca do mundo do trabalho brasileiro.

Em todos os setores econômicos o peso da participação feminina aumentou e mesmo naqueles setores, onde houve uma retração da ocupação, tais como na indústria de transformação e na indústria extrativa mineral, as mulheres mantiveram suas antigas posições. É claro, que na primeira a reestruturação produtiva destruiu milhares de ocupações tipicamente masculinas e as mulheres foram beneficiadas neste processo devido a uma certa concentração em determinadas ocupações vinculadas a administração fabril e nas vendas, naqueles trabalhos ancilares, ou naqueles em que a mecanização favoreceu sua inserção pela diminuição da força física no processo produtivo propriamente dito. Onde este processo não foi tão intenso como na indústria da construção civil, a situação permaneceu sem muitas alterações.



mujer fempres/160/161 - 1995

Mas, aonde trabalham as mulheres? Olhando para a estrutura econômica, inequivocamente a grande absorção da mão-de-obra feminina, foi nas atividades do setor serviços, cerca de 78,16% das trabalhadoras estão alocadas nessas atividades. Segue-se as mulheres rurais com uma taxa de participação de cerca de 11,69% e as operárias industriais com 9,19% as indústrias extrativas, da construção e os serviços de utilidade pública (água/esgoto e energia elétrica) com o restante (PNAD/IBGE, 1998). A heterogeneidade que caracteriza as atividades de serviços explica essa absorção. Pois, estas tarefas permitem arranjos diferenciados nas relações de trabalho compatíveis com a dupla jornada de trabalho feminina. Este setor engloba desde a antiga mestra escolar, a assistência aos doentes, a tradicional trabalhadora doméstica, as profissionais da beleza. Todas estas são atividades secularmente atribuídas as mulheres, estereótipo feminino do cuidado com a família.

As mulheres invadiram o espaço público mas, não ficaram impunes as turbulências do mercado de trabalho nacional, devido ao aumento do desemprego, este também atingiu violentamente as mulheres. Até 1992, a taxa de desemprego para ambos os sexos variavam quase que na mesma intensidade. Nos anos subsequentes estas taxas se diferenciaram. A masculina apresenta uma tendência a cair mais do que as taxas femininas e o desemprego é ainda um fantasma mais sério para as mulheres.

* Professora da Faculdade de Economia da UFF (Universidade Federal Fluminense).

Mulheres na política Mulheres no poder

Cerca de 300 pessoas entre parlamentares, representantes de ONGs, feministas, pesquisadoras, candidatas à prefeita, vereadoras e profissionais liberais participaram nos dias 16, 17 e 18 de maio do seminário "Mulheres na Política-Mulheres no Poder" organizado pelo CFEMEA, bancada feminina do Congresso Nacional e CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher). O objetivo foi avaliar as primeiras experiências da política de cotas e estratégias para o empoderamento das mulheres na política. Na ocasião foi lançado o livro " A política por sexo- um estudo das primeiras experiências no Legislativo Brasileiro" da socióloga e assessora técnica do CFEMEA , Sonia Malheiros.

Encontro de abertura na Câmara dos Deputados

O Encontro foi aberto pelo segundo vice- presidente da Câmara, o deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE). Ele destacou que a mulher está dando um grande passo na política mas lamentou que até hoje uma parlamentar não tenha assumido a mesa diretora da Câmara. A deputada federal Iara Bernardi(PT-SP) que representou suprapartidariamente a bancada feminina no Seminário, destacou que a política de cotas foi um marco para as mulheres já que o tema saiu da discussão feminista e chegou nas esferas do poder. "Com a política de cotas o Brasil avançou 20 anos em 1. Em 1996 registramos o crscimento das mulheres nas eleições municipais. Elas deixaram de ser cabos eleitorais e viveram sua própria experiência política". A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) lembrou que além de conquistar o poder a mulher tem também que gostar do poder.

"Não basta ter cotas para mulheres.É preciso que as direções dos partidos tenham, na verdade, interesse em escolher mulheres para se candidatar", advertiu o líder do PC do B na Câmara,o deputado mineiro Sérgio Miranda. Os números comprovam que a representação política das mulheres ainda é pequena. No Brasil elas ocupam 5,6% das prefeituras do país, 11,2% das Câmaras nos Estados, 6% do Congresso Nacional e 10% das Assembléias Legislativas. Nesse sentido, segundo Almira Rodrigues, socióloga e assessora técnica do CFEMEA, a política de cotas é importante para mudar esse quadro porque "supera desigualdades e exclusões históricas".

A vereadora Eni Fernandes, do PT, de São José do Rio Preto, lembrou que foi a única mulher negra eleita durante 106 anos de Parlamento na sua cidade. Ela detalhou como a mulher sofre discriminação citando simples exemplos, desde o diploma e a carteira de vereador que recebeu onde não constavam a palavra no feminino (vereadora). Durante as sessões, na Câmara, destacou, são poucos os políticos que reverenciam a mulher. "Precisamos exigir que sejamos tratadas como mulheres", adverte destacando que a mulher brasileira hoje está na política, mas ainda não no poder.

A juíza do TSJ (Tribunal Superior de Justiça), Eliana Calmon advertiu as mulheres que ninguém cede espaço de poder. "O poder só é conseguido com muita luta que requer para nós mulheres, anos de competência, trabalho e ética".E para a prefeita de Natal, Wilma Farias, do PSB é importante destacar que "quando uma mulher erra todas erram e quando ela acerta todas acertam".

Sou cidadã, conheço meus direitos

Direito Constitucional

Direitos das trabalhadoras urbanas e rurais

O dia primeiro de maio é o *Dia do Trabalho*. Em comemoração a esta data vamos falar sobre direitos das trabalhadoras brasileiras, escritos na Constituição Federal. Todos os direitos aqui apresentados, foram fruto de muitas lutas, traduzidas em greves, passeatas, protestos, reivindicações e até algumas mortes de trabalhadores. Entretanto, não são direitos imutáveis, tanto podem ser ampliados como reduzidos, bastando para isto a vontade política dos nossos governantes e dos nossos representantes no legislativo. Além disso, muitos dos direitos escritos na Constituição ainda não podem ser usados porque dependem de lei complementar que os regularize. Enquanto não forem aprovadas essas leis, só acionando a Justiça ou através de acordos coletivos, podem ser usufruídos.

O trabalho é um dos direitos básicos, junto com a educação, a saúde, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. São chamados *direitos sociais*, de acordo com o artigo 6º.

O artigo 7º enumera os direitos das trabalhadoras urbanas e rurais em 34 incisos. O parágrafo único deste mesmo artigo dispõe sobre a categoria de trabalhadoras domésticas, que não possuem ainda os mesmos direitos dos demais trabalhadores.

A relação de emprego deve ser protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa. Temos também o seguro-desemprego, e o fundo de garantia do tempo de serviço.

Eis mais alguns dos direitos trabalhistas apontados na Constituição:

Salário mínimo – é fixado em lei e deve ter o mesmo valor em todo território nacional e ser capaz de atender as necessidades vitais básicas d@s trabalhador@s, e às de sua família: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Os reajustes do salário mínimo devem ser periódicos.

O piso salarial deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e não pode diminuir, a não ser se trabalhadores e empregadores assinarem acordo coletivo ou convenção sobre isto.

Mesmo as pessoas que recebem remuneração variada, não podem ganhar, no mês, valor inferior ao mínimo.

Décimo terceiro salário – deve ser pago com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

Trabalho noturno – quem trabalha durante a noite (entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte) deve ganhar mais, no mínimo, 20% do que quem trabalha durante o dia e a hora noturna é de 52 minutos e 30 segundos.

Salário-família – deve ser pago @ trabalhador@ de baixa renda, que possua filhos menores.

Duração do trabalho – não pode ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais. A duração do trabalho pode ser diminuída ou aumentada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. Para quem realiza o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento a jornada é de seis horas, salvo se houver negociação coletiva que fixe diferente.

Serviço extraordinário – quem trabalha mais do que as horas estipuladas no contrato, deve receber a remuneração superior, no mínimo, em 50% à da hora normal.

Repouso semanal – toda semana, de preferência aos domingos, @s trabalhador@s devem ter uma folga, sem ser descontada do seu salário.

Férias – sempre que completar um ano de serviço, @ trabalhador@ terá direito a gozar 30 dias de férias, recebendo o seu salário integral e, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Licença à gestante – a mulher tem direito a 120 de licença, sem prejuízo do emprego e do salário.

Licença-paternidade – apesar deste inciso ainda não ter sido regulamentado por lei, os trabalhadores, casados ou solteiros, têm direito a 5 dias de licença-paternidade, quando nasce um@ filh@.

Aviso prévio – o patrão que quer dispensar empregad@ deve avisar 30 dias antes da data da saída ou pagar um valor proporcional ao tempo de serviço. Se, contudo, é @ empregad@ que quer deixar um emprego, também deve avisar, trinta dias antes.

Nota: A partir desta edição usaremos a figura @ para o masculino e feminino, quando falarmos dos dois sexos. Exemplo: trabalhador@ doméstic@ significa: trabalhadora doméstica e trabalhador doméstico.

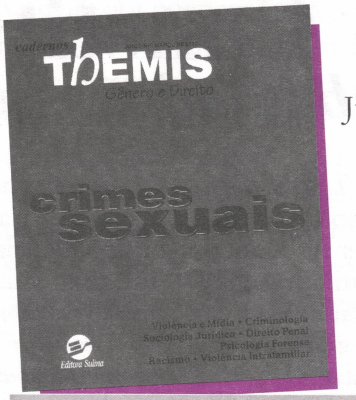
Extraído do Guia dos Direitos da Mulher – CFEMEA-1996, Editora Record (pode ser encontrado nas livrarias) e da legislação atual

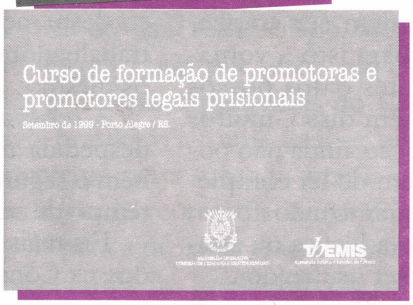
Cultura, Política e Sexualidade

A UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina- vai disponibilizar, através da Internet e de publicações, os trabalhos, pesquisas e debates que fizeram parte do Encontro Internacional Fazendo Gênero 4, cujo tema central foi " Cultura, Política e Sexualidade". O Encontro aconteceu de 23 a 26 de maio em Florianópolis e contou com a participação de nomes famosos como a historiadora Michelle Perrot, a antropóloga Françoise Héritier e a especialista em Teoria Literária, Jean Franco.

O evento teve como objetivo realizar um balanço do século 20 no campo dos estudos do gênero e das perspectivas para o novo século. As inovações do Encontro neste ano foram a realização de cursos intensivos em criminologia feminista, análise crítica da mídia e mulher e política. Informações: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.Fone: (48) 331-9457. Os resultados do Encontro estarão também na Internet: www.cfh.ufsc.br

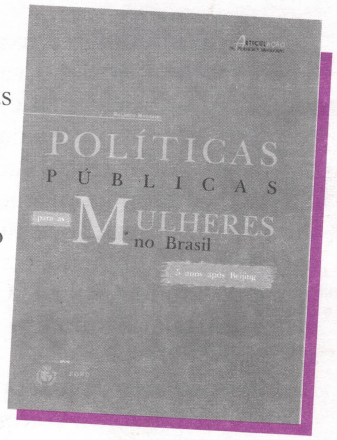
Publicações





THEMIS- A THEMIS Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero - está com duas publicações que podem ser adquiridas na instituição. A primeira é o exemplar "Crimes Sexuais" reunindo artigos de caráter multidisciplinar, legislação, jurisprudência e resenhas. A segunda é sobre o "Curso de Formação de Promotores(ras) Legais Prisionais" realizado pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e Themis. Informações. Fone/fax (51) 212-0104 ou e-mail: themisong@cpovo.net

BEIJING + 5- A AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras) produziu a publicação " Balanço Nacional- Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil- 5 anos após Beijing" que aborda temas relativos à educação, violência, direitos humanos, saúde, poder etc... O trabalho de 120 páginas faz comentários e apresenta recomendações: CFEMEA,fone: (61)328-1664 e AMB,e-mail: articulação@cfemea.org.br



BIOÉTICA E AS MULHERES- A RedeSaúde produziu o dossiê "Bioética e as mulheres: por uma bioética não sexista, anti-racista e libertária" abordando temas como: bioética e sexualidade, métodos de fertilização artificial, aborto, patenteamento de genes humanos, "a pílula do homem" etc...Informações: e-mail: fatimao@medicina.ufmg.br e jacmota@medicina.ufmg.br

IMPRESSO

Jornal Fêmea
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602 - Ed. Venâncio 3000
70716-000 – Brasília-DF – Brasil